

Plano de Atividades

2017



INSTITUTO PORTUGUÊS

DO **DESPORTO**

E **JUVENTUDE**, I. P.

Índice

GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
NOTA INTRODUTÓRIA.....	6
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS.....	13
ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS.....	15
Objetivos inseridos no QUAR	15
Matriz de coerência e implicação	16
Objetivos Operacionais Extra – QUAR.....	18
Direções Regionais – Unidades Comparáveis/Unidades Homogéneas	18
Unidades Orgânicas.....	19
Contributos do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para as políticas transversais que mobilizem recursos e organização.....	24
Recursos Humanos, Financeiros e Materiais	26
PLANO DE FORMAÇÃO	27
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	28
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	30
CONCLUSÕES.....	31

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude	DRLVT – Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
QUAR - Quadro de Responsabilidade e Avaliação	DRAL – Direção Regional do Alentejo
PA – Plano de Atividades	DRALG – Direção Regional do Algarve
OE – Objetivos Estratégicos	DMADO – Divisão de Modernização Administração e Desenvolvimento Organizacional
AR – Alto Rendimento	LAD – Laboratório de Análises de Dopagem
O – Objetivos Operacionais	SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
I – Indicadores de Atividades	
RH – Recursos Humanos	
RF – Recursos Financeiros	
DR – Direções Regionais	
ADoP – Autoridade Antidopagem de Portugal	
CD – Conselho Diretivo	
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos	
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	
DJ – Departamento de Juventude	
DP – Divisão de Programas	
DA – Divisão de Associativismo	
DJA – Departamento Jurídico e de Auditoria	
DRHFP – Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais	
DRF – Divisão de Recursos Financeiros	
DRH – Divisão de Recursos Humanos	
DAP – Divisão de Aprovisionamento e Património	
DFQ – Departamento de Formação e Qualificação	
DICRI – Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais	
DIC – Divisão de Informação e Comunicação	
DDM – Divisão de Documentação e Museologia	
DIE – Departamento de Infraestruturas	
DIED – Divisão de Infraestruturas Desportivas	
DIET – Divisão de Infraestruturas Tecnológicas	
DD – Departamento de Desporto	
DDF – Divisão de Desporto Federado	
CDNJ – Centro Desportivo Nacional do Jamor	
DGO - Divisão de Gestão e Ordenamento	
DAD – Divisão de Atividades Desportivas	
DMD – Departamento de Medicina Desportiva	
PNED – Plano Nacional de Ética no Desporto	
DRN – Direção Regional do Norte	
DRC – Direção Regional do Centro	

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Com este objetivo, e considerando a missão multifuncional do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), bem como o caminho percorrido desde a sua criação, o trabalho desenvolvido neste Plano de Atividades (PA) reflete uma evolução natural, pensada por uma equipa composta por todos os Dirigentes Superiores, Dirigentes Intermédios e Trabalhadores.

O Plano de Atividades proposto para 2017 pelo Instituto Português do Desporto e Juventude redefine o percurso de construção de uma sinergia entre as mais diversas áreas através de novas iniciativas, novas abordagens, tendo sempre presente a afirmação e a continuidade da missão do Instituto.

Com o conhecimento cimentado e com a consciencialização da alteração da envolvente externa ocorrida desde a criação do Instituto Português do Desporto e Juventude e, não obstante, a necessidade inerente de continuidade das boas práticas de gestão, há, contudo, a necessidade de serem feitos ajustamentos que fomentem a aposta, clara e necessária, na consolidação da imagem do Instituto Português do Desporto e Juventude.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com jurisdição sobre todo o território nacional, que promove a implementação das políticas nas áreas do Desporto, Juventude, Formação e Qualificação, Ética no Desporto, no combate à Dopagem. O plano de atividades do IPDJ. I.P para o ano 2017 foi elaborado tendo como enquadramento:

- a) A missão consagrada na Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 3 setembro e Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro;

- b) As atribuições nas áreas do Desporto e da Juventude, consagradas na Lei Orgânica, bem como na Carta de Missão do Presidente do Conselho Diretivo (CD);

Neste contexto o PA irá prosseguir, no domínio da atividade regular, os seguintes **Objetivos Estratégicos** (OE) que refletem a missão e atribuições do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), de acordo com as prioridades superiormente definidas:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
1	2	3
Fomentar a capacitação e a qualificação de pessoas e a requalificação das infraestruturas para o exercício de boas práticas de cidadania, da ética e da prevenção e dissuasão de comportamentos de risco	Promover parcerias para desenvolvimento e aplicação do conhecimento científico nos processos de decisão e qualidade	Criar condições para a projeção e a afirmação da missão do IPDJ em contexto nacional e internacional

Paralelamente, foram identificados diversos Objetivos Operacionais com os quais se pretende responder aos desafios que, em cada área de intervenção, se apresentam no âmbito da Missão do Instituto Português do Desporto e Juventude e que visam consubstanciar os diversos projetos e atividades a desenvolver.

Assim, foram estabelecidos para o ano de 2017 os seguintes Objetivos Operacionais, os quais constam do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) deste Instituto:

Eficácia

O1. Valorizar e capacitar o associativismo de base com apoio às Infraestruturas e aos Recursos Humanos

O2. Promover a afirmação do desporto e a cooperação internacional

Eficiência

O3. Promover ações que contribuam para uma melhoria na articulação horizontal no âmbito da capacitação e qualificação

Qualidade

O4. Avaliar a satisfação global dos beneficiários/clientes

Para a prossecução da sua missão o Instituto Português do Desporto e Juventude dispõe de um total de 372 postos de trabalho, dos quais 37 correspondem a cargos de direção superior e intermédia e Chefes de Equipas Multidisciplinar.

Para o ano de 2017 a dotação inicial do orçamento de funcionamento do Instituto Português do Desporto e Juventude é de €77.640.428,00.

Nos demais capítulos do presente Plano, demonstram-se as principais linhas de ação que visam responder aos Objetivos Operacionais, bem como, os Recursos Humanos e os Recursos Financeiros necessários à prossecução dos objetivos enunciados e, ainda, dar expressão às medidas relativas à modernização administrativa, contratação pública e publicidade institucional do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P..

Por fim, uma palavra de muito apreço a todos os que contribuíram para a conceção e elaboração deste Plano de Atividades, enquanto instrumento de gestão do Instituto Português do Desporto e Juventude.

O Conselho Diretivo

(Augusto Baganha)

Presidente

NOTA INTRODUTÓRIA

Considerando as características de transversalidade que as áreas do desporto e da juventude apresentam historicamente, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. assegura a coordenação operacional integrada de ambas, procurando promover sinergias com vista à concretização das políticas governamentais com incidência direta ou indireta no desporto e na juventude, materializando, na sua **missão** e **visão**, o apoio à definição, execução e avaliação das políticas públicas em ambas as áreas.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, tendo a sua sede em Lisboa.

A nível regional funcionam serviços desconcentrados, designados por Direções Regionais do Norte, com sede no Porto, do Centro, com sede em Coimbra, de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, do Alentejo, com sede em Évora e do Algarve, com sede em Faro.

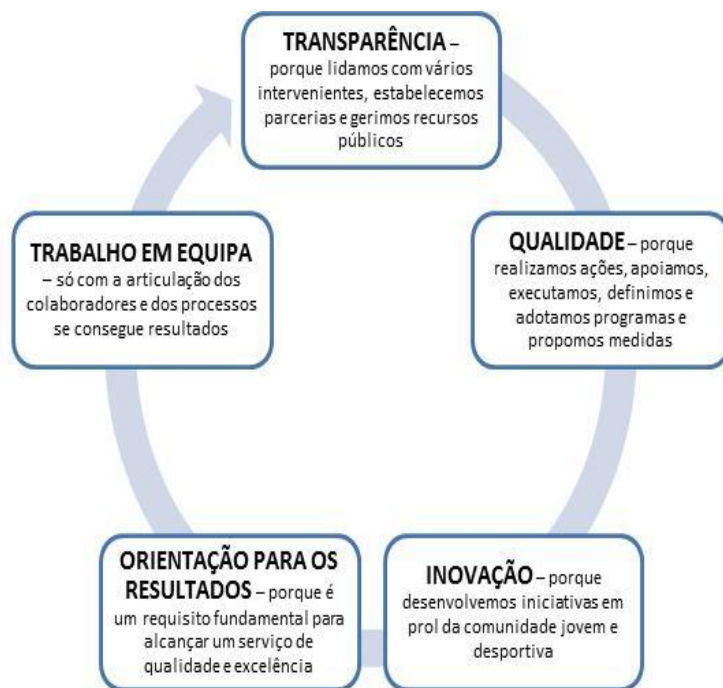
O âmbito territorial dos serviços desconcentrados corresponde ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. na sequência das suas atribuições estabelece relações de cooperação com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sem que tais relações de cooperação impliquem delegação ou partilha de atribuições e competências, mantendo-se fiel à sua **missão** de *ser um Instituto de execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.*

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., tem a **visão** de *ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas da juventude e do desporto.*

Na prossecução da sua **missão**, e da sua **visão**, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), orienta a sua ação por um conjunto de **valores** que promovem as boas práticas e os bons comportamentos organizacionais, tais como a **transparência**, o **trabalho de equipa**, a **qualidade**, a **orientação para os resultados** e a **inovação**, aliados a valores transversais como o **espírito de missão**, através da valorização da lealdade, do esforço e do sacrifício na prossecução do **interesse público** disponibilizando-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos,

sobrelevando o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo. Nesta conformidade, atua sempre em concordância com os princípios constitucionais e com a lei em nome de uma **justiça** e **imparcialidade** no exercício da atividade.



Como anteriormente referido, a missão do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. desenvolve-se em várias áreas e a sua atuação abrange facetas de natureza diversa, das quais resultam os principais serviços que a seguir se enumeram de forma genérica:

I. Desporto

- Apoiar a criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação dos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva, juvenil, feminina, e também na área do desporto adaptado com incidência nos cidadãos mais vulneráveis, garantindo a qualificação dos Recursos Humanos do Desporto.
- Melhorar a gestão das instalações na perspetiva do utente, na resposta ao utente, com a elaboração de propostas de redistribuição de funções dos RH; atendimento e manutenção.

- Apoiar os atletas de Alto Rendimento ao nível médico-desportivo, além, das Seleções Nacionais, Clubes Desportivos e população desportiva em geral pelos serviços do Departamento de Medicina Desportiva.
- Estimular a execução de projetos que tenham como finalidade o reforço da participação das mulheres e dos jovens na prática do desporto.
- Apoiar a dinamização e operacionalização de projetos, em especial do desporto escolar e no ensino superior e nas áreas da saúde e da inclusão social;
- Promover o desenvolvimento do desporto junto das pessoas com deficiência e da população sénior.
- Articular com os diferentes organismos da Administração Pública, designadamente, com a DGSP – desporto nas prisões; ACIDI – desporto entre a população migrante e DGPM/AIDEM – desporto e mar

II. Formação e Qualificação

- Assegurar a qualidade e o aumento da formação ministrada aos agentes desportivos, possibilitando a todos os interessados o acesso às qualificações necessárias fundamentais para se atingir um maior número de cidadãos ativos, contribuindo assim para baixar a taxa de sedentarismo, e melhorar o nível de saúde e de bem-estar.
- Assegurar implementação do Programa Nacional de Formação de Treinadores em todas as modalidades desportivas e promover mecanismos de controlo e avaliação externa do processo.
- Expandir a oferta formativa a outros agentes desportivos, com principal incidência nos dirigentes desportivos benévolos.
- Assegurar o apoio financeiro à formação de Recursos Humanos desenvolvida pelas Federações Desportivas e outros agentes no âmbito do Desporto.

III. Juventude

- Complementar e aumentar a qualificação profissional, contribuir para a inserção ou progressão no mercado de trabalho e capacitar os jovens em idade ativa e sobretudo em situação de desemprego.

- Incentivar a cidadania e a Participação dos Jovens, promovendo o diálogo estruturado, a reflexão e o debate.
- Implementar programas que estimulem a interação entre as diferentes instituições do espaço público e os jovens, proporcionando-lhes o conhecimento orgânico, institucional, a simulação prática das diferentes formas de decisão e construção da opinião.
- Contribuir para a promoção do Voluntariado Jovem e da Ocupação de Tempos Livres, implementando programas, apoiando e desenvolvendo uma rede de entidades no território nacional que possam desenvolver projetos, em várias áreas de intervenção, e que permitam responder às instituições e às populações na resolução de necessidades e problemas, que ao mesmo tempo contribuem para a capacitação dos jovens.
- Reforçar a intervenção na área do Empreendedorismo através do Programa Empreende Já – RPGN, no âmbito da Garantia Jovem, contribuindo para estimular uma cultura empreendedora, centrada na criatividade e na inovação, e a apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas e de entidades da economia social, bem como a criação de postos de trabalho, por e para jovens.
- Intervir na área da Saúde Juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis, designadamente no âmbito da sexualidade juvenil, nutrição, consumos nocivos, estilos de vida saudáveis e prática desportiva, prevenindo comportamentos de risco, e contribuindo para a formação e informação aos jovens.
- Estimular a criatividade, a inovação e a cultura criando condições para a expressão e emergência de novos criadores jovens.
- Promover e incentivar a plena integração dos jovens na sociedade, considerando a diversidade cultural e a plena assunção de direitos e igualdade, através de projetos, programas e iniciativas dirigidos à inclusão social.
- Apoiar e valorizar o Associativismo Jovem e contribuir para o reconhecimento da Educação Não Formal, nomeadamente no que se refere ao perfil Técnico de Juventude, através da implementação do modelo de reconhecimento e validação de competências.

- Apoiar atividades das associações Juvenis e estudantis, assim como as infraestruturas e os equipamentos.
- Valorizar e reconhecer as competências adquiridas através da Educação Não Formal e a implementação de um Plano Nacional de Formação que centre a sua intervenção na capacitação dos jovens, e de técnicos de Juventude, e estímulo a formação interpares.

IV. Ética no Desporto

- Estimular e promover iniciativas, sobretudo juntos dos jovens e crianças, que permitam vivenciar os valores éticos no âmbito do desporto/prática desportiva, tais como a verdade, a cooperação, o respeito, a solidariedade, a tolerância, a interajuda, entre outros, é tido como uma ferramenta de progresso social, um género de “Escola Paralela” com alta vocação para a promoção da saúde, para o bem-estar físico e psicológico e assimilação e vivência de valores éticos tão necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais profícua.

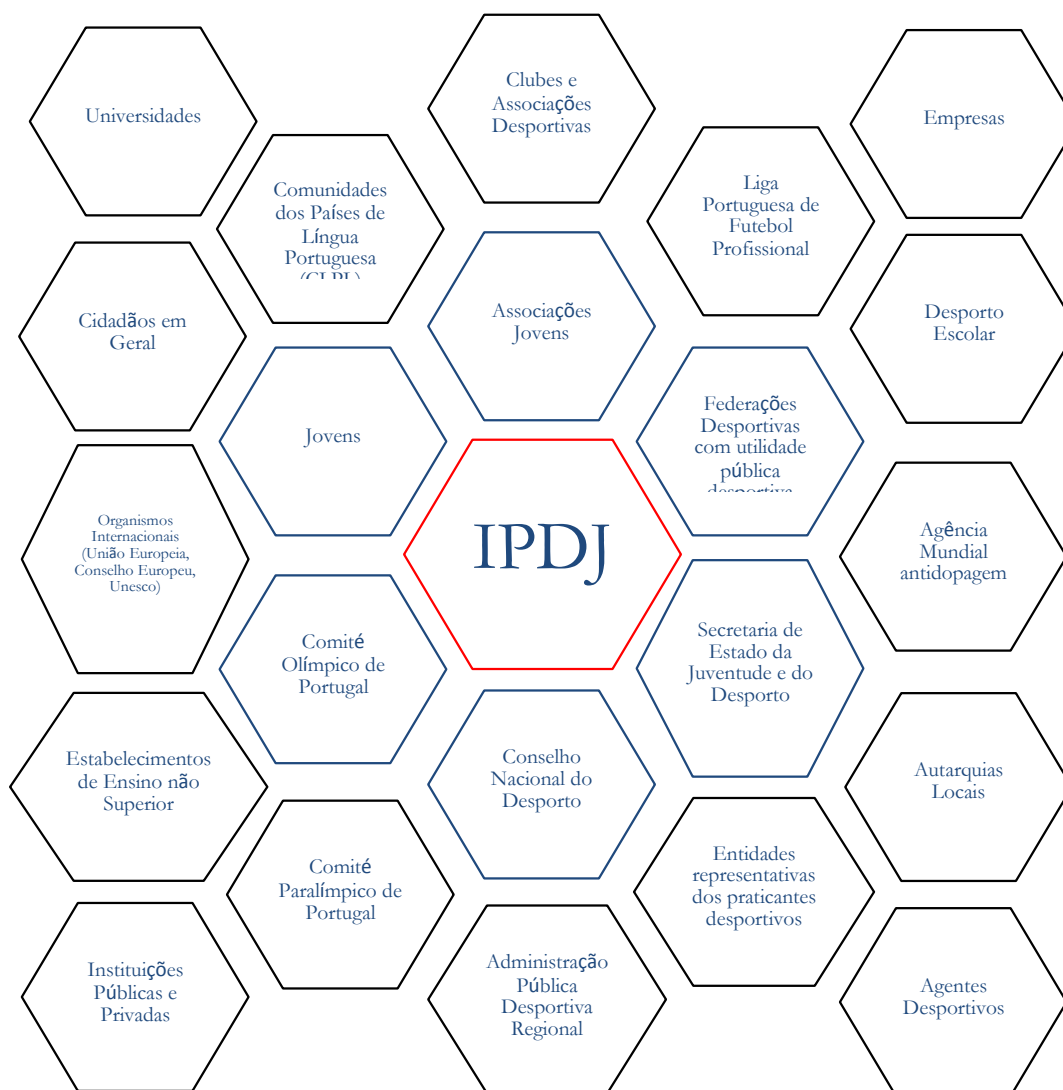
V. Luta contra a Dopagem

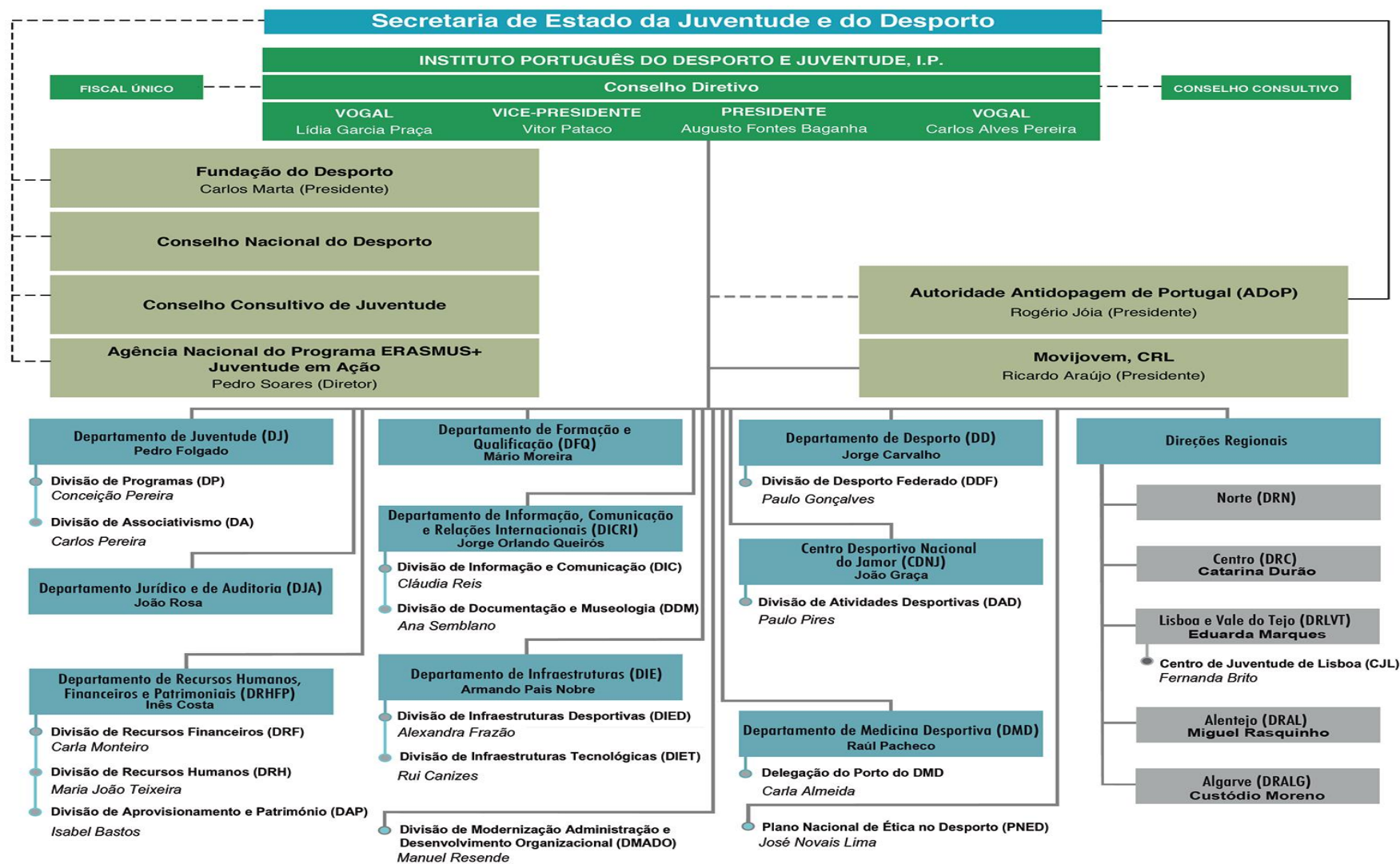
- Implementar uma política de controlos inteligentes, caracterizada pela realização de controlos fora de competição em momentos considerados de maior risco e envolvendo tipos de amostras e de menus de substâncias a detetar (EPO, CERA, hormona do crescimento) ou metodologias de análise (por exemplo o Passaporte Biológico ou a deteção por IRMS) adequadas a cada caso específico.
- Redefinir os critérios inerentes ao cálculo do número de amostras recolhidas em cada uma das modalidades desportivas e a distribuição das diversas modalidades desportivas pelos três grupos de risco, de forma a diminuir o número de amostras a recolher em competição e a aumentar o número de amostras a recolher fora de competição, principalmente aquelas que se enquadram na estratégia dos controlos de dopagem inteligentes.
- Executar todas as ações necessárias à re-acreditação do Laboratório de Análises de Dopagem
- Aumentar a visibilidade e o fortalecimento de parcerias com o Programa Nacional de Ética no Desporto (PNED).

- Intensificar o número de parcerias com outras entidades.

Pela multiplicidade das suas funções, e considerando a sua missão, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. no desenvolvimento da sua atividade, relaciona-se com diversos *Stakeholders* que contribuem para a prestação de serviços ou são destinatários desses serviços.

Os Principais Stakeholders do IPDJ





Num contexto de elevada exigência de adaptação à realidade macroeconómica, aliada a um aumento de complexidade dos serviços técnicos especializados que o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. presta, o processo de preparação do QUAR e do Plano de Atividades para 2017, impõem a necessidade de o Conselho Diretivo encetar um diálogo contínuo com os dirigentes intermédios, desenvolvendo um trabalho conjunto de identificação de desafios e de oportunidades que permitam uma aproximação entre o nível estratégico e a realidade que as diversas unidades orgânicas enfrentam nas suas áreas funcionais de intervenção.

Em conformidade com o atrás exposto o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. pretende com o seu Plano de Atividades para 2017 corresponder ao definido no Programa do XXI Governo Constitucional e à estratégia definida nas Grandes Opções do Plano traçadas para o quadriénio 2016-2019 com o incremento da eficiência definindo para tal os seguintes Objetivos Estratégicos.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Considerando a missão do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. as orientações da Tutela e os constrangimentos internos e externos, designadamente a disciplina orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas, bem como o imperativo de maior eficácia, eficiência e qualidade, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. estabeleceu uma estratégia assente em **“focar a organização governativa na sua missão e nos resultados que pretendem obter”**¹, no **“reforçar a intervenção do Instituto Português do Desporto e Juventude, no sentido de assegurar que as melhores respostas serão dadas...”**² e na implementação de um **“novo modelo de desenvolvimento assente no conhecimento e na inovação”**³, procurando, assim, criar um fio condutor a uma nova abordagem das políticas da Juventude e do Desporto, definindo os seguintes Objetivos Estratégicos:

¹ Grandes Opções do Plano 2016-2019

² Grandes Opções do Plano 2016-2019

³ Grandes Opções do Plano 2016-2019

OE1: Fomentar a capacitação e a qualificação de pessoas e a requalificação das infraestruturas para o exercício de boas práticas de cidadania, da ética e da prevenção e dissuasão de comportamentos de risco

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., através deste Objetivo Estratégico, assume a responsabilidade de elevar a capacitação e a qualificação de todos os seus parceiros civis, institucionais, bem como colaboradores de proximidade e na requalificação das infraestruturas desportivas.

OE2: Promover parcerias para desenvolvimento e aplicação do conhecimento científico nos processos de decisão e qualidade

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., assume neste Objetivo Estratégico o compromisso de promover a colaboração interministerial, institucional e, também, com as entidades privadas, na prossecução da melhoria do conhecimento dos trabalhadores do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e a abertura para a participação da sociedade civil, através de vários meios de intervenção, como o aumento do património intelectual e académico de todos os intervenientes.

OE3: Criar condições para a projeção e a afirmação da missão do IPDJ em contexto nacional e internacional

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., através deste objetivo estratégico assume o compromisso de promoção da imagem do Instituto e de todos os seus parceiros nas áreas de intervenção da educação, cultura, juventude, desporto, comunicação, implementando os instrumentos, programas, atividades e projetos que potencializem o conhecimento de todos.

ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Neste capítulo apresentamos os **Objetivos Estratégicos e Operacionais** que integram o QUAR do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para o ano de 2017 e os objetivos que se inscrevem no Plano de Atividades.

A informação foi delineada, privilegiando a continuidade e a estabilidade, sem que se tivesse que abdicar na inovação.

Objetivos inseridos no QUAR

A apresentação dos objetivos obedece aos **parâmetros de referência previstos no QUAR de eficácia, eficiência e qualidade**, encontrando-se os pesos dos parâmetros e as ponderações de cada indicador expressas no QUAR que se anexa.

Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Resultado 2017	Fontes de verificação
40%	Eficácia					
40%	01. Valorizar e capacitar o associativismo desportivo de base com apoio às infraestruturas e aos Recursos Humanos (OE 1)					
35%	I.1. Número de participantes em ações de formação e sensibilização	7.500	1.400	11.125	0	Base de dados de registo do PNED / Base de dados de registo do DJ
35%	I.2. Número de dias consecutivos utilizados na implementação do Programa de Formação de dirigentes desportivos	240	30	158	0	iPortal
30%	I.3. Número médio de dias para análise de processos de requalificação das infraestruturas desportivas	10	2	5	0	iPortal
60%	02. Promover a afirmação do desporto e a cooperação internacional (OE 3)					
50%	I.4. Percentagem de candidaturas analisadas nos primeiros 60 dias ao nível do Projeto seleção e Alto Rendimento	70%	10%	100%	0	iPortal
50%	I.5. Número de ações de natureza internacional intervindas e ou organizadas	10	5	17	0	iPortal
Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Resultado 2017	Fontes de verificação
30%	Eficiência					
60%	03. Promover ações que contribuam para uma melhoria na articulação horizontal no âmbito da capacitação e qualificação (OE 1)					
50%	I.6. Número de ações de divulgação dos programas de juventude em articulação com o desporto e serviços desconcentrados	23	5	35	0	iPortal
50%	I.7. Número de ações de divulgação dos programas do desporto em articulação com a juventude e serviços desconcentrados	100	25	157	0	iPortal
Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Resultado 2017	Fontes de verificação
30%	Qualidade					
100%	04. Avaliar a satisfação global dos beneficiários/clientes (OE 2)					
40%	I.10. Nível de satisfação global de serviços prestados no CDN/CAR	70%	10%	100%	0	Relatório de Satisfação
40%	I.11. Nível de satisfação global de serviços prestados na Medicina Desportiva	70%	10%	100%	0	Relatório de Satisfação
20%	I.12. Nível de satisfação global de serviços prestados no Museu/Biblioteca	60%	10%	100%	0	Relatório de Satisfação

Matriz de coerência e implicação

As matrizes apresentadas permitem visualizar o modo como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos, a sua distribuição pelos parâmetros e por fim as áreas prioritárias assumidas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
		OE1 : Fomentar a capacitação e a qualificação de pessoas e a requalificação da infraestruturas para o exercício de boas práticas de cidadania, da ética e da prevenção e dissuasão de comportamentos de risco	OE2: Promover parcerias para desenvolvimento e aplicação do conhecimento científico nos processos de decisão e qualidade	OE3: Criar condições para a projeção e a afirmação da missão do IPDJ no contexto nacional e internacional
		OBJETIVOS OPERACIONAIS		
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Ética no Desporto, prevenção e dissuasão e Antidopagem	01		
	Formação e Qualificação	01		
	Desporto	03		02
	Juventude	01/03		
	Infraestruturas	01		
	Relações Internacionais			02
	Gestão orientada para os resultados		04	

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS				
	01	02	03	04
Objetivo Estratégico 1	X		X	
Objetivo Estratégico 2				X
Objetivo Estratégico 3		X		

RELAÇÃO entre PARÂMETROS e OBJETIVOS OPERACIONAIS				
	01	02	03	04
Eficácia	X	X		
Eficiência			X	
Qualidade				X

RELAÇÃO entre ÁREA DE INTERVENÇÃO e OBJETIVOS OPERACIONAIS e UNIDADES ORGÂNICAS				
	01	02	03	04
Ética no Desporto, prevenção e dissuasão e Antidopagem	PNED			
Formação e Qualificação	DFQ			
Desporto		DD	DD	
Juventude	DJ		DJ	
Infraestruturas	DIE			
Relações Internacionais		DICRI		
Gestão orientada para os resultados				CDNJ/DMD/DICRI

Parâmetros	peso dos parâmetros na avaliação final	Objetivos	Peso dos objetivos	peso de cada objetivo na avaliação final = peso objetivo * peso do parâmetro
Eficácia	40%	O1	40%	16%
		O2	60%	24%
Eficiência	30%	O3	100%	30%
Qualidade	30%	O4	100%	30%
Nº total de objetivos = 4		Soma dos pesos		100%
Nº total de objetivos relevantes = 3		Soma dos pesos dos objetivos mais relevantes		84%

Objetivos Operacionais Extra – QUAR

Direções Regionais – Unidades Comparáveis/Unidades Homogêneas

Tratando-se as Direções Regionais do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) de serviços desconcentrados foi elaborado pelo Conselho Diretivo um sistema de indicadores de desempenho que permitisse a sua comparabilidade ao nível dos resultados, refletindo as atividades comuns prosseguidas, de forma a permitir uma ordenação na ótica da eficiência relativa de cada um dos indicadores propostos.

Direções Regionais (Unidades Comparáveis/Unidades Homogêneas)							
Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Direção Regional	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Fórmula de cálculo	Fontes de verificação
40%	Eficácia						
100%	O1. Garantir e reforçar a articulação com as entidades que atuam nas áreas do Desporto e Juventude sensibilizando e estimulando a participação juvenil nos diversos programas e iniciativas do IPDJ (OE1)						
50%	I.1. Número de entidades envolvidas em Programas e iniciativas das DR's	Norte	350	20	463	número de entidades	SiNorte
		Centro	400	10	513		Relatório de Programas e Iniciativas
		Lisboa e Vale do Tejo	300	10	388		Relatório de Programas e Iniciativas
		Alentejo	85	15	125		Relatório de Programas e Iniciativas
		Algarve	250	25	344		Relatório de Programas e Iniciativas
50%	I.2. Número de jovens envolvidos em Programas e iniciativas das DR's	Norte	12.000	1.000	16.250	número de jovens	SiNorte
		Centro	15.000	200	19.000		Relatório de Programas e Iniciativas
		Lisboa e Vale do Tejo	10.000	100	12.625		Relatório de Programas e Iniciativas
		Alentejo	10.000	100	12.625		Relatório de Programas e Iniciativas
		Algarve	10.000	500	13.125		Relatório de Programas e Iniciativas
Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Fórmula de cálculo	Fontes de verificação	
30%	Eficiência						
100%	O2. Aumentar o empoderamento dos jovens disponibilizando espaços laboratoriais de partilha de experiências e boas práticas no âmbito da formação e educação não formal e numa lógica de co-gestão (OE3)						
50%	I.3. Taxa de crescimento de parcerias com entidades nacionais e internacionais a aumentar face ao ano anterior	Norte	10%	2%	15%	n.º de parcerias no ano n/n.º de parcerias em n-1*100	Protocolos Estabelecidos
		Centro	10%	2%	15%		Relatório da DRC
		Lisboa e Vale do Tejo	10%	2%	15%		Relatório do Centro de Juventude de Lisboa
		Alentejo	10%	2%	15%		Relatório
		Algarve	10%	2%	15%		Relatório
50%	I.4. Taxa de crescimento de ações e iniciativas realizadas em parceria no âmbito da formação e educação não formal a aumentar face ao ano anterior	Norte	10%	2%	15%	n.º de ações e iniciativas no ano n / n.º de ações e iniciativas no ano n-1*100	SiNorte
		Centro	10%	2%	15%		Relatório da DRC
		Lisboa e Vale do Tejo	10%	2%	15%		Relatório do Centro de Juventude de Lisboa
		Alentejo	10%	2%	15%		Relatório
		Algarve	10%	2%	15%		Relatório
Peso	Objetivos operacionais / indicadores	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Fórmula de cálculo	Fontes de verificação	
30%	Qualidade						
100%	O3. Manter e assegurar a cooperação institucional ao nível regional, desenvolvendo sinergias com os parceiros locais, promovendo soluções face às necessidades e aspirações dos jovens (OE2)						
50%	I.5. Percentagem de representações institucionais da Direção Regional em 70% face às convocações recebidas	Norte	50%	5%	100%	n.º de representações / n.º de convocações*100	SiNorte
		Centro	70%	10%	100%		Relatório de representações
		Lisboa e Vale do Tejo	60%	10%	100%		Relatório de representações
		Alentejo	70%	10%	100%		Relatório de representações
		Algarve	70%	10%	100%		Relatório de representações
50%	I.6. Número de ações de informação desenvolvidas sobre programas do IPDJ	Norte	50	10	75	número de ações	SiNorte
		Centro	120	10	163		Relatório de ações
		Lisboa e Vale do Tejo	80	10	113		Relatório de ações
		Alentejo	10	5	19		Relatório de ações
		Algarve	50	10	75		Relatório de ações

Plano de Atividades

2017

Unidades Orgânicas

Departamento de Juventude

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Garantir a boa execução física e financeira dos programas nacionais dirigidos aos jovens na área do voluntariado, ocupação de tempos livres, cidadania					
I.1 Taxa de execução financeira dos programas - Fórmula: $(\text{execução financeira}/\text{dotação disponível (tempos livres + voluntariado)}) \times 100$	85%	5%	95%	Relatório de Atividades	Pedro Folgado
O2: Fomentar a participação e a inclusão social dos jovens através do Empreendedorismo, Programas e apoio ao Associativismo					
I.1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos PAJ, PAE e PAI pelo Departamento de Juventude e Divisão de Associativismo em colaboração com as Direções Regionais	80	5	90	Relatório de Atividades	Pedro Folgado
I.2 Taxa de execução financeira dos programas - Fórmula: $(\text{execução financeira}/\text{dotação disponível (Empreende JÁ/RPGN + PAJ, PAE e PAI)}) \times 100$	85%	5%	95%	Relatório de Atividades	Pedro Folgado
O3: Fomentar os estilos de vida saudáveis pela prática desportiva regular e a saúde juvenil					
I.1 Nº de jovens atendidos - estilos de Vida Saudáveis - Unidades Móveis - Gabinetes de Atendimento	35.000	5.000	50.000	Relatório de Atividades	Pedro Folgado
I.2 Número de dias úteis para apresentação de proposta de reformulação de programas na área da saúde juvenil	240	30	180	iPortal	Pedro Folgado

Departamento de Desporto

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Desenvolver o desporto de alto rendimento e das seleções nacionais					
I.1 N.º de dias úteis para a análise por parte da DDF da inscrição no RADAR atempada dos praticantes de alto rendimento	10	2	6	Relatório propostas	Jorge Carvalho
I.2 N.º dias úteis para aprovação do modelo de financiamento e regulamentos dos Programas de Preparação Olímpica e Paralímpica, Tóquio 2020	273	90	146	Documento de aprovação	Jorge Carvalho
I.3 N.º de dias úteis de celebração de contrato com seguradora para Seguro de Alto Rendimento	70	15	44	Data da celebração	Jorge Carvalho
O2: Melhorar os procedimentos de inscrição no RNCFD e RADAR					
I.1 N.º de dias úteis para implementar o Registo de Clubes na Hora – medida SIMPLEX	90	20	56	Internet	Jorge Carvalho
I.2 N.º de dias úteis para implementar o RADAR – Reformulação do SIRAC em colaboração com DIET	270	50	176	Extranet	Jorge Carvalho
O3: Garantir o financiamento ao desporto federado através dos diferentes programas de desenvolvimento desportivo segundo os critérios definidos					
I.1 Percentagem de candidaturas analisadas nos primeiros 60 dias ao nível do Projeto Seleção e Alto Rendimento	70	10	100	Instrumentos de análise completos	Jorge Carvalho
I.2 N.º de federações com encerramento das Obrigações Contratuais do programa de Atividades Regulares 2016 efetuado nos primeiros 90 dias após prazo de apresentação estabelecido contratualmente	60	10	88	Ofícios de encerramento OC's	Jorge Carvalho

Plano de Atividades

2017

Centro Desportivo Nacional do Jamor

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Promover a prática desportiva do alto rendimento e desporto para todos					
I.1 Número de atletas apoiados no âmbito do Alto Rendimento e Seleções Nacionais	1230	20	1558	Relatórios e registos de entradas	João Graça
I.2 Número de actividades apoiadas e/ou realizadas	82	5	105	Relatórios e registos	João Graça
O2: Avaliar o nível de satisfação global serviços prestados no CDNJ/CAR					
I.1 Nível de satisfação global serviços prestados no CDNJ	60%	5%	80%	Inquéritos	João Graça
I.2 Nível de satisfação global serviços prestados no CAR	75%	7%	100%	Inquéritos	João Graça
O3: Promover a melhoria e Inovação da Gestão e das Infraestruturas e Equipamentos Desportivo					
I.1 N.º de projetos apresentados para intervenções necessárias para o funcionamento e otimização das infraestruturas do CDNJ	30	2	40	iPortal	João Graça
I.2 N.º de informações elaboradas para melhoria dos processos internos no âmbito da gestão das atividades e das infraestruturas e equipamentos	20	2	29	iPortal	João Graça

Departamento de Medicina Desportiva

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Assegurar a prestação de cuidados de saúde aos atletas federados que					
I.1 N.º de exames médicos e exames diagnóstico	9.000	900	10.000	Base de dados	Raúl Pacheco
I.2 N.º de consultas realizadas	2.500	250	2.800	Base de dados	Raúl Pacheco
I.3 N.º de tratamentos em medicina física e reabilitação	8.900	50	9.000	Base de dados	Raúl Pacheco
O2: Assegurar e reforçar a formação de médicos e outros técnicos de saúde					
I.1 N.º de reuniões de serviço/clínicas	14	1	16	Convocatórias das reuniões	Raúl Pacheco
I.2 N.º de comunicações/trabalhos apresentados	6	1	8	Certificados	Raúl Pacheco
I.3 N.º de médicos e outros técnicos de saúde em formação	22	1	24	Relatório de Atividades	Raúl Pacheco
O3: Assegurar a cooperação médica no âmbito dos países da CPLP					
I.1 N.º de atividades formativas realizadas no âmbito da CPLP	2	1	4	Protocolos de cooperação	Raúl Pacheco

Departamento de Formação e Qualificação

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Capacitar os Recursos Humanos no associativismo desportivo de base					
I.1 Número de dias consecutivos utilizados na implementação do Programa de Formação de Dirigentes Desportivos	240	30	158	Documento próprio	Mário Moreira
I.2 Número de dias consecutivos utilizados na implementação de uma plataforma eletrónica de comunicação para a formação dos Recursos Humanos dos clubes	330	30	270	Plataforma	Mário Moreira
O2: Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos do desporto					
I.1 Número de creditações de ações de formação	2000	100	2625	Plataforma Prodesporto	Mário Moreira
I.2 Número de emissões de novos títulos	2200	100	6375	Plataforma Prodesporto	Mário Moreira
O3: Avaliação e reestruturação do Programa de Nacional de Formação de Treinadores (PNFT)					
I.1 Número de dias consecutivos utilizados para a elaboração do estudo e apresentação das conclusões	120	30	112	Documento próprio	Mário Moreira
I.2 Número de dias consecutivos utilizados para a apresentação de propostas objetivas de reformulação do PNFT com base nas conclusões do estudo	30	15	79	Documento próprio	Mário Moreira

Plano de Atividades

2017

Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Potenciar a intervenção internacional do IPDJ					
I.1 N.º de oportunidades criadas à participação de outras UO	5	3	10	Informações	Jorge Orlando Queirós
O2: Aumentar a notoriedade do IPDJ					
I.1 N.º de ações organizadas e/ou participadas	30	5	44	Relatório de ação	Jorge Orlando Queirós
O3: Satisfação global dos beneficiários/clientes					
I.1 N.º de dias consecutivos para a apresentação do relatório de perceção da qualidade do Museu/biblioteca	306	30	365	Relatório de Satisfação	Jorge Orlando Queirós

Departamento de Infraestruturas

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Executar os projetos e preparar os processos para a recuperação e renovação das infraestruturas do IPDJ					
I.1 N.º médio de dias para a execução do projeto e processo	30	10	15	N.º de processos finalizados	Armando Nobre
O2: Reduzir o prazo de elaboração de pareceres técnicos e prestação de esclarecimentos, realizados para o apoio a entidades externas e promotores de instalações desportivas - pareceres obrigatórios					
I.1 N.º de dias para elaboração de pareceres técnicos e prestação de esclarecimentos, realizados para o apoio a entidades externas e promotores de instalações desportivas	15	5	7	N.º de processos finalizados	Armando Nobre
O3: Fomentar a implementação de sistema de tickets para Suporte técnico					
I.1 N.º de dias para a implementação de sistema de tickets para Suporte técnico	60	10	37	Relatório de ação	Armando Nobre

Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Promover o aumento da transparência da informação Institucional					
I.1 Número de relatórios submetidos no âmbito das contratações efetuadas	3	1	1	Notas de encomendas / compromissos enviados	Inês Dias Costa
I.2 Número de relatórios submetidos no âmbito da Execução Financeira	3	1	1	Relatório	Inês Dias Costa
O2: Promover a melhoria contínua dos procedimentos administrativos de base					
I.1 Número de manuais disponibilizados na intranet do IPDJ	3	1	1	Intranet	Inês Dias Costa
I.2 Numero de documentos de procedimentos uniformizados e disponibilizados na intranet do IPDJ	10	3	5	Intranet	Inês Dias Costa
O3: Desenvolver um conjunto de Políticas de Gestão Estratégica de pessoas e de boas práticas colaborativas, visando a qualificação e a competência dos trabalhadores e do trabalho de equipa					
I.1 Percentagem de ações de formação executadas, previstas no Plano de Formação	80%	10%	100%	Intranet, Quadro nominativo de divulgação de ações realizadas	Inês Dias Costa
I.2 Número de ações internas formativas, de partilha de conhecimentos profissionais, em cada área de intervenção do IPDJ	15	5	9	Declaração de presença emitida por ação	Inês Dias Costa

Plano de Atividades

2017

Departamento Jurídico e de Auditoria

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Dar resposta a pedidos internos de pareceres solicitados por outras Unidades Orgânicas					
I.1 N.º de processos com análise e parecer	40	10	63	iPortal / Correio Eletrónico	João Rosa
I.2 N.º de dias de prazo de análise e elaboração de resposta a pedidos internos de pareceres	12	3	18	iPortal / Correio Eletrónico	João Rosa
O2: Assegurar a resposta no prazo de 20 dias após a sua instrução entre 56% a 70% das solicitações de apoio jurídico ao funcionamento do Conselho Diretivo e dos pareceres sobre os processos de impugnação graciosa					
I.1 Percentagem de pedidos respondidos no prazo de 20 dias (número de pedidos respondidos no prazo de 20 dias/número de respostas*100)	56	14	100	iPortal / Correio Eletrónico	João Rosa
O3: Aumentar o número de processo de contraordenação com propostas de decisão final					
I.1 N.º de processos de contraordenação com proposta de decisão final	180	10	238	iPortal / Correio Eletrónico	João Rosa
I.2 N.º de dias de prazo para conclusão da instrução dos processos	190	30	275	iPortal / Correio Eletrónico	João Rosa

Autoridade Antidopagem de Portugal

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Promover a qualificação da ESPAD					
I.1 N.º de processos submetidos para certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da ESPAD de acordo com a norma ISO 9001	4	1	6	Processos Remetidos para a entidade certificadora	Rogério Joia
O2: Fomentar o Projeto "Desporto Limpo 2016"					
I.1 N.º de "Programas Educacionais" elaborados para divulgação das atividades da ADoP, no âmbito da prevenção de comportamentos de risco dos praticantes desportivos	5	1	9	Site ADoP	Rogério Joia
I.2 N.º de dias consecutivos para elaboração de um manual com informação relativa ao ADAMS a disponibilizar às Federações Desportivas	150	30	75	Site ADoP	Rogério Joia
O3: Promover a transparência e igualdade nas competições desportivas					
I.1 N.º de ações de controlo de dopagem fora de competição	450	50	625	ADMS	Rogério Joia
I.2 N.º de ações de controlo de dopagem em competição	500	50	688	ADMS	Rogério Joia

Plano Nacional de Ética no Desporto

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Qualificar os recursos humanos do movimento desportivo					
I.1 Número de participantes nas ações de formação e sensibilização no âmbito da ética	5500	900	8000	Base de dados do PNED	José Lima
O2: Fomentar ações de promoção da Ética no Desporto e de erradicação de comportamentos antissociais					
I.1 Grau de satisfação das entidades e outros utilizadores das ações de sensibilização e comunicações sobre valores éticos no desporto	70	10	100	Relatório de Satisfação	José Lima
O3: Promover a adesão ao Cartão Branco					
I.1 Número de entidades aderentes	16	5	32	Base de dados do PNED	José Lima

Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional

Objetivos Operacionais EXTRA - QUAR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Fonte	Responsável
O1: Promover a melhoria contínua dos processos de Avaliação (SIADAP 1) no IPDJ					
I.1 Taxa de Implementação de ações de melhoria no âmbito do SIADAP 1	50%	25%	100%	Relatório de Monitorização	Manuel Resende
I.2 Nível médio de risco residual identificado no SIADAP 1 (aferido com 1-fraco, 2-moderado, 3-elevado; (sendo 1 risco no incumprimento dos objetivos de 0% das Unidades Orgânicas, 2 risco no incumprimento dos objetivos de 50% das Unidades Orgânicas e 3 risco no incumprimento dos objetivos de 100% das Unidades Orgânicas)	1	1	3	Relatório de Monitorização	Manuel Resende
O2: Assegurar a aplicação de instrumentos de suporte à gestão					
I.1 N.º de relatórios de monitorização apresentados ao Conselho Diretivo para decisão superior	2	1	4	Relatório de Monitorização	Manuel Resende
I.2 N.º de dias consecutivos para apresentação da proposta de início do ciclo de gestão (SIADAP 1) para o ano 2018 ao Conselho Diretivo	151	30	226	Proposta de Início de Ciclo de gestão / iPortal	Manuel Resende
O3: Assegurar o apoio técnico especializado aos membros do Conselho					
I.1 Percentagem de estudos, informações e pareceres elaborados dentro do prazo estipulado	75%	5%	90%	iPortal / Correio Eletrónico	Manuel Resende

Contributos do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para as políticas transversais que mobilizem recursos e organização

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., fomentará a adoção de comportamentos que sejam coerentes com a ética, respeitadoras das expectativas sociais e sectoriais existentes e dos valores nos quais o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. se revê. Nesse sentido o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. promoverá a ética por meio de⁴:

- Criação da declaração de valores e princípios fundamentais no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.;
- Desenvolvimento do uso de estruturas de governança que ajudem a promover o comportamento ético dentro do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., nomeadamente nos processos decisórios e nas suas relações;
- Identificação, adoção e aplicação de procedimentos de negócio coerentes com o comportamento ético;
- Promoção no cumprimento dos padrões de comportamento ético, nomeadamente no previsto na Carta Deontológica do Serviço Público e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
- Definição e comunicação dos padrões de comportamento ético esperados, no contexto interno da organização (entidade e trabalhadores/as), e externo (todos os *stakeholders* principalmente os que se identificam com a cultura organizacional do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.);
- Operacionalização integral, incluindo identificação de riscos, reparação destes, monitorização e respetiva avaliação periódica das medidas aplicadas, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.;
- Aplicação de mecanismos de denúncia de situações relacionadas com a prática de atos conectados com corrupção e infrações ocorridas no decorrer das normais atividades do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., em especial em matéria de conflitos de interesses, favoritismo, fraude, corrupção e peculato, assim como de proteção ao/à denunciante.

A administração pública, nas suas competências, deve promover políticas que promovam alterações dos processos de decisão numa perspetiva da igualdade do

⁴ De acordo com a norma ISO 26000

género, do tratamento equitativo entre homens e mulheres nos seus direitos, benefícios, obrigações e oportunidades, baseando-se no princípio da Constituição da República Portuguesa:

Todos/as os/as cidadãos/ãs, independentemente do sexo, têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Neste sentido serão implementadas no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. as seguintes ações:

- Promoção da paridade entre homens e mulheres no processo de decisão;
- Igualdade entre género universal dentro da organização (recrutamento, distribuição de tarefas ou responsabilidades, acesso à formação, atribuição de benefícios, oportunidades de progressão na carreira, remuneração e processos de rescisão ou de requalificação contratual);
- Avaliação diferenciada no âmbito dos processos de segurança e saúde no trabalho;
- Alinhamento da imagem transmitida ao exterior da organização, para a igualdade de género;
- Reparação das desigualdades de tratamento de género identificados.

Recursos Humanos, Financeiros e Materiais

Para a prossecução de sua missão o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), prevê-se um total de 372 postos de trabalho, dos quais 37 correspondem a cargos de Direção Superior e intermédia e Chefes de Equipas Multidisciplinar.

Recursos humanos	Pontos	Planeado	Pontuação planeada
Dirigentes - Direção superior	20	5	100
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa Multidisciplinar	16	32	512
Coordenador Científico	16	1	16
Técnico superior - (inclui Docentes)	12	141	1692
Médicos	12	4	48
Enfermeiros	12	1	12
Terapeutas - (inclui Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica)	12	5	60
Coordenador Técnico	9	4	36
Assistente Técnico	8	144	1152
Técnicos de informática	8	4	32
Assistente Operacional	5	31	155
Total		372	3815

Para o ano de 2017 a dotação programada de funcionamento do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. é de €77.640.428,00€

Recursos financeiros (euros)	Planeado
Orçamento de Funcionamento	70.470.428,00 €
Despesas c/Pessoal	10.513.821,00 €
Aquisições de Bens e Serviços	9.270.861,00 €
Outras despesas correntes	50.685.746,00 €
Orçamento de Projetos	7.170.000,00 €
Outros valores	0,00 €
Total (OF + Orçamento de Projetos + Outros)	77.640.428,00 €

No que concerne aos recursos materiais, podemos salientar a importância crescente que a infraestrutura apresenta, englobando servidores, comunicações, redes e computadores pessoais.

Destaca-se a implementação no ano de 2015 da Intranet do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., que serve todos os trabalhadores e dirigentes.

PLANO DE FORMAÇÃO

No quadro das opções estratégicas definidas para o ano de 2017 no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., entende-se necessário e útil o desenvolvimento de uma dinâmica formativa capaz de responder às exigências da mudança organizacional e aos desafios presentes na Administração Pública em geral e Juvenil e Desportiva, em particular.

Neste sentido, a dinâmica formativa proposta pretende promover a aprendizagem de todos/as os/as trabalhadores/as do IPDJ, ai incluídos/as os/as seus/suas dirigentes, melhorando o respetivo desempenho, proporcionando-lhes a possibilidade de aquisição de novas competências, no desenvolvimento das suas carreiras, articuladas com a evolução do Instituto dentro da Administração Central e na Sociedade Civil, predispondo todos os ativos humanos do Instituto para processos de mudança e de inovação, reforçando o seu desenvolvimento pessoal, comportamental e a cultura organizacional.

O Plano de Formação (anexo ao Plano de Atividades), embora tendo subjacente uma conceção de formação contínua adaptada ao contexto das atividades prosseguidas pelo IPDJ tem como principais objetivos:

- ✓ Articular a oferta formativa com as atividades em desenvolvimento no IPDJ constantes do seu Plano de Atividades;
- ✓ Promover a sensibilização dos ativos humanos para as questões associadas à Igualdade de Género e à Segurança e Saúde no Trabalho;
- ✓ Qualificar os recursos humanos do IPDJ visando o reforço das suas competências profissionais;
- ✓ Incentivar a inovação e a criatividade nas práticas e métodos de trabalho individual e em grupo, visando a modernização dos serviços.

O Plano garante a formação profissional mínima obrigatória a todos os trabalhadores e dirigentes do IPDJ. (Entre a formação obrigatória estão a Igualdade de Género e a Segurança e Saúde no Trabalho)

A formação *in house* foi privilegiada considerando que os encargos são significativamente menores e, em simultâneo podem abranger mais pessoas uma vez que o preço não aumenta quer frequentem 10, quer 20 pessoas.

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. pretende apostar no aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, chegando-se agora a um nível maturativo onde as questões da modernização na administração pública e a qualidade é um assunto incontornável. Nesse sentido o Instituto Português do Desporto e Juventude, já promoveu, designadamente ao nível do Programa Simplex+:

- Certificado médico desportivo *online*;
- Estatuto dirigente associativo jovem na hora;
- Agendamento *online* para utilização de espaços;
- Formulário único de candidatura a programas da juventude;
- Registo de clubes e federações desportivas +simples;
- Quiosques digitais.

Ainda, concorrendo com o já exposto, foram submetidas as seguintes candidaturas aos avisos de apoio para Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA 2020):

- Submissão de três operações pré-formatadas ao Aviso N.º 01/SAMA2020/2016:
 - i. Implementação e migração para soluções em software livre, denominada de “Registo de clubes e federações desportivas”;
 - ii. Implementação da prestação digital de serviços públicos para disponibilização no Portal do Cidadão, no Balcão do Empreendedor ou em Pontos Únicos de Contacto denominada de “Balcão Único do IPDJ”;
 - iii. Implementação da solução de autenticação única do cidadão perante a Administração Pública denominada de “Autenticação”;
- Submissão de uma operação ao Aviso N.º 02/SAMA2020/2016, onde se prevê a construção de aplicações que disponibilizarão os serviços digitais num novo portal do IPDJ, I.P., com a capacidade de ser um repositório de informação útil institucional para o público em geral e também de âncora aos serviços digitais prestados, com o fito de modernizar o funcionamento e a imagem, reduzir os encargos administrativos e processuais, em alinhamento com as medidas Simplex+, e, também, procurando ir ao encontro das exigências tecnológicas atuais, em conformidade com o entendimento universal e axiomático do novo

arquétipo de funcionamento contemporâneo tecnológico fundamental a qualquer instituição que presta serviço público.

- Submissão de uma operação ao Aviso N.º 03/SAMA2020/2016, onde se prevê implementar a Estrutura Comum de Avaliação (CAF), abrangendo um espectro alargado de entidades relevantes que atuam nas áreas do desporto e da juventude, com a finalidade de as capacitar usando instrumentos de gestão capazes de realizar um diagnóstico da situação atual, de análise dos desafios que se colocam e de priorização das ações a desenvolver. Com a CAF pretende-se facilitar a redefinição dos planos de atuação através por exemplo da fixação de objetivos estratégicos comuns às entidades, bem como uma articulação estruturada dos objetivos operacionais com a aprovação dos planos de ação que promovam melhorias internas no que concerne a cada tipo de recursos disponíveis para cada uma das entidades.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Nos termos do nº 2, do artigo 7º, da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, inclui o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) neste capítulo do Plano de Atividades a informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional do Estado.

Para o ano de 2017 a dotação inicial do orçamento de funcionamento do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) ao nível de publicidade institucional é de €60.000.

Âmbito (descrição sucinta da despesa)		2017
Publicidade IPDJ	Campanhas publicitárias em redes sociais, nomeadamente Facebook	€5.000
	Campanha de Media	€10.000
	Ativação de Marca	€25.000
	Publicidade Institucional nos vários meios de publicidade (TV, Rádio, Imprensa, etc)	€20.000
Total		€60.000

CONCLUSÕES

Com o presente Plano de Atividades pretende-se dar uma panorâmica objetiva porém não exaustiva, das atividades que o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. se propõe efetuar no ano de 2017:

- a) Ao nível do funcionamento interno – modernização administrativa e promoção da qualidade dos serviços prestados;
- b) Ao nível da implementação de uma nova abordagem, fomentando sinergias entre as diferentes áreas, com a finalidade de reforçar a intervenção do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. no sentido de assegurar a prestação de um serviço eficaz, eficiente e de qualidade;
- c) Ao nível da projeção da imagem de marca Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P..

Procura-se através deste Plano de Atividades continuar um percurso que visa posicionar o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. como uma instituição de referência no universo do Desporto e da Juventude em Portugal.